

Rebeliões Escravas em Sergipe

LUIZ R. B. MOTT

Resumo

Apesar da historiografia consagrada a Sergipe defender que os escravos eram aí melhor tratados do que na vizinha Bahia, nem por isto conformaram-se os cativos passivamente com a condição servil: entre 1808-1837 localizamos 17 referências a tentativas de revolta por parte não só da escravaria mas também das “gentes de cor”. Neste artigo, analisamos as principais características destas rebeliões: local, liderança, objetivos, estratégia dos revoltosos e a reação dos donos do poder para debelar tais sedições populares.

Abstract

Although the historiography states that slaves in Sergipe received a better treatment than those in the neighbour Bahia, the former did not accept slavery passively: in the 1808-1837 period, seventeen cases were found of attempted rebellion, not only of slaves but also of “people of colour”. This paper analyses the main characteristics of those uprisings, i.e., place, leadership, objectives, rebels’ strategies and the authorities’ measures to subdue those popular revolts.

Cada vez mais as pesquisas sobre a sociedade brasileira do passado e do presente desmistificam duas imagens bem populares na historiografia nacional: a do brasileiro, identificado como “homem cordial” e a da sociedade brasileira, como possuidora de uma “tradição de não-violência”. Pesquisas recentes, como de H. H. Keith, Maria Sílvia de Carvalho Franco, Carlos Alberto Ricardo, entre outras, têm demonstrado exatamente o contrário: que a violência permeia toda a nossa história; que a violência manifestou-se de formas as mais diversas, sendo a tônica dos movimentos sociais do tipo “banditismo”, messianismo, revoltas de escravos, revoltas populares etc. No caso específico de Sergipe del Rei oitocentista, uma das formas mais contundentes de cristalização da violência envolvia antagonicamente dois grupos: o das “gentes de cor” contra a elite senhorial, majoritariamente branca. Por vezes o conflito revestiu-se mais de conotações raciais, os pardos e pretos almejando a destruição dos brancos e de seus lacaios; por vezes, a bandeira levantada pelos

O autor é professor da Universidade Federal da Bahia.

TABELA 1

COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO DE SERGIPE SEGUNDO A COR

	1802	1808	1825	1834
População Branca	24%	28%	19%	19%
População de Cor	76%	72%	81%	81%
Total	100%	100%	100%	100%

Fontes: 1802 – *Descrição Geográfica de Sergipe*. Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, II, 33, 16, 3 (Anônimo).

1808 – SOUZA (1944).

1825 – MOTT (1974, p. 152).

1834 – *Mapa Estatístico da Província de Sergipe*, enviado pelo Presidente Joaquim G. de Navarro ao Ministério do Império. Arquivo Nacional, cx. 761, pac. 1.

insatisfeitos é claramente social, os escravos e oprimidos desejando inverter a hierarquia do poder. Embora a contestação da ordem estamental assumisse no mais das vezes a forma de rebeldia individual do tipo fuga, suicídio, assassinato de senhores ou de prepostos seus, incêndio da propriedade rural, envenenamentos etc., as tentativas de rebeliões coletivas permeiam, em grande número, toda a história de Sergipe, notadamente a primeira metade do século passado. A reconstrução das principais manifestações do antagonismo violento envolvendo as gentes de cor contra a elite branca será o assunto deste pequeno ensaio.

Embora as estatísticas antigas sejam bastante falhas e incompletas, podemos inferir que durante o período colonial e imperial (na maior parte do Nordeste brasileiro), os brancos representavam apenas de 20 a 30% da população total (ALDEN, 1963), porcentagem aliás que permanece a mesma em nossos dias, pois de acordo com o último recenseamento nacional em que se declarou a cor dos habitantes, havia no Nordeste em média 35% de brancos, sendo que para os estados do Centro-Sul a composição demográfica segundo a cor era inversa: os “de cor” aqui representavam aproximadamente 35% da população total (IBGE, Censo Populacional de 1950). No caso de Sergipe, a população branca era ainda menos numerosa, conforme se pode constatar através da tabela 1.

Os “não-brancos” eram subdivididos em variadas categorias fenotípicas, incluindo além dos negros africanos e crioulos, dos índios aldeados, os diversos resultados da miscigenação destas três raças: mulatos, pardos, mestiços, curibocas, mameucos, cafuzos etc. (SOUZA, 1808, p. 13) Embora fossem quatro oficialmente as qualidades classificatórias da população sergipana (brancos, pardos, pretos, índios), encontramos ao longo de todo o século XIX uma grande variedade de termos que eram usados quer substituindo os quatro matizes iniciais, quer adjetivando-os negativa ou positivamente, por exemplo, chamando a um indivíduo mestiço de “pardo al-

vo na cor”, outro de “pardo disfarçado”, estoutro de “branco misturado” este último de “pardo trigueiro” etc. (MOTT, 1976, p. 13-15). O correto é que embora em certos contextos e em certas ocasiões os brancos subdividissem os não-brancos com diferentes classificações, nos momentos de crise em que se viam ameaçados, os não-brancos eram vistos como uma só coisa: “nossos inimigos”: “*Tem os malfeitores crescido e são quase todos homens de cor...*”(1).

Desta grande massa de população não-branca, parte vivia no cativeiro: em 1802, os escravos representavam 34% da população total de Sergipe, 22% em 1819, 26% em 1823, 29% em 1834 e, finalmente, 25% em 1850 (MOTT, 1976a, p. 19-23). Donde se conclui que durante a primeira metade do século passado, as gentes de cor livre representavam aproximadamente metade da população desta Capitania e Província: em 1802, 41% dos sergipanos eram de cor e livres (libertos e ingênuos); em 1825 subiam para 56% e para quase 64% em 1850 (MOTT, 1986, p. 139-150). Tais dados demográficos falam por si: a presença de tão alta porcentagem de gentes de cor – seja escravos, seja livres, os primeiros totalmente explorados devido à sua condição servil, os segundos, miseráveis pela sua posição marginal numa ordem sócio-econômica dominada pela mentalidade e autoritarismo característico da escravidão – devia constituir um motivo constante de medo e insegurança para a minoria senhorial, receosa sobretudo porque conhecedora da fraqueza e vulnerabilidade do aparelho repressor, constituído por um número reduzido de policiais mal armados, sendo extremamente débil e precário o sistema carcerário de Sergipe (confira nos Relatórios Presidenciais os itens: “Falta de cadeias e prisões”, “A guarda-nacional”, “Falta de condições materiais para equipar a guarda-nacional”, “Falta de corpo policial e sua ação”).

Há quem tenha sugerido que Sergipe foi um dos locais da Colônia onde as distâncias sociais e raciais entre Senhores e Escravos foram as menores (BEZERRA, 1950, p. 156-157), havendo um tratamento mais humano e generoso *vis-à-vis* a escravaria inclusive no tocante à alimentação e ao vestuário (SOUZA, 1808, p. 17). Certamente que bons senhores, caridosos, existiram por toda a parte, mas em Sergipe, como no resto do país, a tônica do relacionamento dos fazendeiros com suas “peças” era a da violência posto que só o medo do castigo é que poderia manter submissa uma massa negra e mestiça, tanto escrava como liberta, explorada e forçada a trabalhar de graça. Embora violentada e aterrorizada, temos numerosas evidências de que os negros e gentes de cor eram vistos muitas vezes como “*tigres esfaimados que só têm de homens a figura*”, temendo-se que sua rebeldia viesse “*a acarretar desgraças incalculáveis... sempre a recear em um país de população heterogênea*”(2).

Vamos nos deter, neste artigo, notadamente na violência dos negros e demais

(1) Arquivo Nacional (doravante AN), IG¹ 105, fl. 126, ofício de João Simões Reis, Juiz Ordinário de S. Cristóvão à Corte, 6/7/24.

(2) AN, IJJ⁹, 300, maço 4, fl. 161, nº 55, ofício do Vice-Presidente de Sergipe, Manoel de Deus Machado, ao Visconde de São Leopoldo, 18/10/1827.

gentes de cor que se cristalizaram em movimentos coletivos. Conforme dissemos anteriormente, embora os episódios individuais de reação à escravidão ou à opressão apareçam quase que diariamente na correspondência das delegacias e demais órgãos policiais para a Secretaria da Presidência⁽³⁾, os movimentos sociais de revolta e contestação da ordem senhorial foram mais numerosos em Sergipe do que se supunha até então, constatação aliás que vem reforçar duas hipóteses: primeiro, que o autoritarismo e crueldade no trato dos escravos e nas relações da elite branca com as gentes de cor foram, em Sergipe, tão reais e dramáticos como os observados em outras regiões escravocratas; segundo, que embora reprimidos violentamente, os grupos subalternos tentaram reagir, inclusive coletivamente, contra a ordem espoliadora que os oprimia, reação aliás também observada em outras áreas do país.

Tomando como referência a primeira metade do século XIX, pudemos até o presente localizar 17 referências a tentativas de revoltas por parte das gentes de cor, tanto de escravos como de pardos e pretos livres moradores em Sergipe. Algumas informações sobre tais movimentos, pelo visto, não passaram de suposições, boatos ou falsas denúncias; outros revelavam por parte da população revoltosa iminentes desejos de luta, reforçados às vezes por sólidos germes de organização grupal. Eis os locais e datas onde encontramos referências a movimentos sediciosos de escravos e das demais gentes de cor (MOTT, 1976b, p. 25 e seguintes):

São Cristóvão (1808, 1815)
Santo Amaro das Brotas (1827, 1828, 1833)
Rosário do Catete (1824)
Brejo Grande (1827)
Vila Nova (1827)
Maroim (1827, 1835)
Laranjeiras (1835, 1837)
Estância (1828)
Santa Luzia (1835)
Nossa Senhora do Socorro (1837)
Região da Cotinguiba (1809)
Região do Vazabarris (1831)

Vejamos o que nos revelam as fontes primárias sobre tais episódios. Vamos nos deter especialmente naquelas tentativas de sedição que aparecem mais documentadas, pois algumas das referências supracitadas pelo visto não passaram de suposições ou boatos, como por exemplo o que sucedeu em 1837 na próspera vila de Laranjeiras, onde o Juiz de Direito Domingos Martins de Faria participava ao Presidente da Província que chegara às suas mãos

(3) Arquivo Público do Estado de Sergipe (doravante APES), pacotilhas 68 a 76 (Corpo de Polícia), 208 a 214 (Delegados e subdelegados), 474 a 475 (Polícia Municipal).

“uma requisição para serem presos indivíduos pronunciados por crimes de insurreição de escravos em consequência de sumário tirado pelo juiz de paz do povoado de Santana. Achei tão impolítica e tão falsa tal requisição, que ordenei que não cumprisse por bem de sossego público desta comarca, pois que certamente é do maior escândalo um processo por um crime que não existiu em parte alguma da Província”⁽⁴⁾.

No manuscrito inédito *Apontamentos para a História de Sergipe*⁽⁵⁾, encontramos referência ao perigo de uma revolta no ano de 1809. O autor deste depoimento começa seus escritos com o título “desordem de pretos” Eis o conteúdo de sua informação:

“No ano de 1809, tendo havido na Bahia uma insurreição de pretos, não ficou esta comarca da Sergipe ilesa, se não de igual sucesso, ao menos de uma tentativa e muitos temores de que ela se pronunciasse. Em sessão de 25 de fevereiro de 1809, a Câmara da Capital (S. Cristóvão) recebeu uma denúncia de que uma corporação de pretos vagavam pelas partes da Cotinguiba, a onde furtavam, roubavam e insultavam os povos. Oficiou-se então em nome do Governador aos Capitães Mores de Ordenanças, para darem as providências para coibirem os pretos revoltosos a fim de que não aumentassem a dita corporação temendo ficasse inquietável como outra república do Palmar”

Dois meses após esta sessão da Câmara, como o Governo nada tivesse feito e aumentassem as notícias sobre atos aterradores dos negros, os milicianos de Sergipe encarregaram ao professor de latinidade, Inácio Antonio Dormundo, de representar perante o Senado que era pública a voz e a fama de uma sedição ou rebelião que pretendiam fazer os escravos da Comarca e outros que da Bahia vieram fugidos e que lá tinham sido cúmplices em tal delito. Pede ação imediata da força policial contra tais malfeitores, dizendo que *“alguns escravos foram presos como suspeitos de saberem e terem parte na sublevação os quais confessaram o que sabiam e descoberto o trama”* Em vista disso, a Câmara deliberou que todo escravo que fosse encontrado armado “fosse açoitado no pelourinho”, o mesmo ocorrendo aos que fossem surpreendidos depois das 8 horas da noite sem bilhete de seu senhor. Insistiu-se que não permitisse o uso de “instrumentos ofensivos e perfuradores”, tolerando-se apenas que os escravos usassem para cortar capim e outros misteres, de facas toradas sem pontas. Que os senhores de engenho e lavradores tivessem toda a diligência e precaução em fazerem recolher de noite em suas casas, a bom recato, todos os instrumentos com que se cultivava a lavoura⁽⁶⁾.

(4) APES, pac. 331, Ofício do Juiz de Direito e chefe de Polícia de Laranjeiras, ao Presidente da Província, 2/2/1837.

(5) Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, 19-4-13.

(6) Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, 19-4-13.

Apesar da existência de minuciosa legislação reprimindo o uso de armas, quer de fogo, quer de instrumentos perfurantes ou contundentes, por parte da escravaria e da ralé miúda em geral, em certas ocasiões parece que os donos do poder se descuidavam de coibir tal uso, pondo-se em risco a segurança da minoria senhorial. No sul da Capitania, na vila de Santa Luzia, por exemplo, informava o Capitão Mor local que

“esta vila está inteiramente perdida pelo geral uso de andarem os negros e mulatos cativos armados, pois um só senão encontra sem faca na maneira e a maior parte deles usam também de duas espadas viradas, a que chamam parnaíbas, sendo muito poucas as senzalas dos ditos que se não acham com tais armas e mais é que com a indulgente tolerância de seus senhores”⁽⁷⁾.

Conforme se pode notar através da leitura da documentação manuscrita e impressa, tudo faz crer que no segundo semestre do ano de 1824, Sergipe foi palco de grandes agitações sociais. As localidades mais tumultuadas foram Laranjeiras e Rosário do Catete, situadas no centro da zona canavieira, a primeira sendo o principal entreposto comercial da Província durante várias décadas do século XIX. Segundo as denúncias, o cabecilha das contestações era o então Secretário do Governo, o pardo Antonio Pereira Rebouças, baiano de origem, rábula de ofício e acusado de perturbar a ordem constituída, doutrinando as gentes de cor e persuadindo-os que *“todo homem pardo ou preto pode ser um general...”*⁽⁸⁾.

Quem dá o primeiro alerta é o Tenente Coronel Manuel Rollemberg, senhor do Engenho Unha de Gato, membro de uma das mais influentes famílias de Sergipe del Rei. Diz que na manhã de 27 de junho de 1824, *“dolosamente apareceram na povoação das Laranjeiras, vários pasquins cujo conteúdo era: vivam mulatos e negros, morram os marotos e caiados”*⁽⁹⁾. “Maroto” significava tudo o que era do Reino, e “caiado” ou “caipora” a tudo o que é branco. O Arquivo Nacional conserva um exemplar destes pasquins: trata-se de um pedacinho de papel de 7x10 cm, escrito com caligrafia primária e pena grossa, e o texto diz exatamente: *“Viva os negros e mulatos, morão os marotos e caado”*. Detalhe saboroso: este pasquim conserva ainda no verso um pouquinho da cera de abelha que serviu para grudá-lo nas portas e lugares públicos.

Esta outra carta, também anônima, datada de 26 de junho, véspera do aparecimento dos supracitados pasquins, descreve com precisão o clima de agitação e temor reinante na povoação das Laranjeiras, o centro comercial mais importante da Província, onde residia o maior número de negociantes lusitanos de Sergipe:

(7) Arquivo Público do Estado da Bahia (doravante APEB), maço 210, Ofício de Manoel Francisco C. Lima à Corte, 28/6/1807.

(8) AN, IG¹. 105, fl. 126, Ofício do Juiz Ordinário de S. Cristóvão, João Simões Reis, à Corte, 6/7/1824.

(9) AN, IG¹. 105, fl. 117, Ofício do Tenente Cel. Manoel Rollemberg ao Comandante de Armas, 27/6/1824.

“Senhor Governador das Armas:

ALERTA. Uma pequena faísca faz um grande incêndio. O incêndio já vai lavrando. No jantar que deram nas Laranjeiras os Mata-caiados, se fizeram três saúdes: primeira à extinção de tudo quanto é do Reino, a que chamam de marotos; a segunda a tudo quanto é branco do Brasil, a que chamam caiporas; a terceira a igualdade de sangue e de direitos. Que tal alerta e bem alerta. Um tal menino R.....⁽¹⁰⁾ irmão de outro bom menino, fez muitos elogios ao Rei de Haiti, e porque não entendiam, falou mais claro – São Domingos, o grande São Domingos. Não houve manobra, Vossa Exa. tome cuidado. Os homens de bem confiam em Vossa Exa., só querem Religião, Trono e Sistema de Governo jurado no dia 6 de junho de 1824. Alerta. Alerta. Acudir enquanto é tempo. Laranjeiras, 26 de junho de 1824. Philliodinio”⁽¹¹⁾.

Na devassa que se procedeu contra o pardo Rebouças, ficamos sabendo de alguns detalhes mais sobre suas atividades revolucionárias, assim como relativamente às agitações ocorridas na vizinha vila do Rosário, sendo que aí o principal contestador era o Alferes Comandante da Companhia dos Henriques, o preto liberto Sebastião Soares. Segundo depoimento jurado nos Santos Evangelhos do Alferes, José Sutério de Sá Júnior, homem branco, morador no Engenho Porteira, era voz pública e notória em Rosário que o crioulo de nome Fuão e o alferes dos Henriques Sebastião Soares

“têm convocado pelos Engenhos e Fazendas a pretos cativos, para pelo Natal do corrente ano (1824) se levantarem contra seus Senhores e os matarem, convocando também aos pretos forros, animando de público aos seus soldados que se eles o ajudassem no que pretendia, eles seriam felizes... Disse aquele Fuão que ele não tinha mais gosto de servir no Regimento por ter sido muito mal correspondido dos Vassallos que executavam as Leis, e que não pegava mais em armas a favor de Sua Majestade Imperial, e que havendo ocasião se ia esconder. E sabe mais, ele testemunha, por ouvir falar, porém não tem inteira lembrança quem foi, e quem disse, que quem era a causa desta Revolução é o secretário do Governo da Província, o pardo Antonio Pereira Rebouças, que dá todo o auxílio para ela”⁽¹²⁾.

Outro denunciante, também jurado aos Santos Evangelhos, o Capitão-Mór José da Trindade Pimentel, branco, morador no seu Engenho Bolandeira, completou as

(10) “R” obviamente é a inicial do nome de “REBOUÇAS”

(11) AN, IG¹. 105, fl. 119, pasquim de 26/6/1824.

(12) *Jornal Soldado de Tarimba*, Bahia, 1828, in: Biblioteca Nacional, I-31, 13, 13, fl. 2, testemunha nº 3.

REBELIÕES EM SERGIPE

acusações informando que os rebeldes já tinham escolhido quais os proprietários que seriam primeiramente sacrificados, e que o Alferes Soares

“animava aos seus soldados que eles haviam de serem felizes, em poucos dias o mostrava... e que a riqueza dos brancos desta terra era para eles”

Informou mais que

“sabe por ser público que o Secretário do Excelentíssimo Governo da Província, Rebouças, é o motor de toda a revolução da Província, dando todo o auxílio para ela e apaziguando em sua casa a todos os revolucionários e que este já na Povoação das Laranjeiras saíra em mangas de camisa gritando em vozes altas, morram os brancos e queixadas brancas, e vivam os pardos e pretos, e o sistema de São Domingos, e isto pela festa do Santíssimo Coração de Jesus (patrono da matriz local), e desde então, começou o rumor e maldade nos revolucionários como ele”⁽¹³⁾.

Mais três testemunhas, também senhores de engenho, ratificaram as acusações, acrescentando que o objetivo dos revoltosos era *“se levantarem e matarem a tudo quanto fosse branco”* e que o alferes Soares *“andou convocando os cativos e pretos forros pela Japarutuba para na noite de Natal se acharem na Povoação do Rosário para fazerem a revolução e aclamarem a República...”⁽¹⁴⁾.*

A impressão que se tem, ao ler a documentação vinda de Rosário para a Capital, no segundo semestre de 1824, é que o clima de temor de uma revolta dos negros aumentava dia-a-dia. Em ofício de 26 de novembro de 1824, o Coronel Gaspar de Almeida Boto, um dos políticos mais poderosos durante várias décadas em Sergipe oitocentista, assim informava ao Presidente da Província:

“Tendo eu no meu ofício de 18 de setembro informado a V. Exa. acerca dos sintomas de rebelião que aparece na classe preta, foi V. Exa. servido me responder que a tal respeito passava a dar as providências, e como os grandes casos urgem prontas medidas e até este momento não aparecem providências a tal respeito, de novo levo a presença de V. Exa. que o mal cresce a largos passos, e já sem reboço. Na povoação do Rosário há um preto liberto de nome Sebastião, alferes dos Henriques, que publicamente declara suas danadas intenções, inflamando mesmo os servos a rebelarem-se, do que já aparecem provas e nada duvidosas, passando mesmo a armar alguns particulares e (se) V. Exa. não toma as medidas

(13) *Jornal Soldado de Tarimba*, Bahia, 1828, in: Biblioteca Nacional, I-31, 13, 13, fl. 2, testemunha nº 5.

(14) *Jornal Soldado de Tarimba*, Bahia, 1828, in: Biblioteca Nacional, I-31, 13, 13, fl. 3 e 4, testemunhas nºs 6, 7, 21.

cautelosas, decerto a desgraça apareça em curto espaço de tempo. Na mesma povoação do Rosário e circunvizinhos já aquela classe diz publicamente que deve rebentar a desordem no dia do Natal, e outros como o mesmo Sebastião, dizem que deve ser antes porque senão tomem algumas medidas. Toda a escravatura apresenta uma face carrancuda mui diferente do costume. As providências dadas por juizes ordinários são inteiramente insuficiente e certifique-se V. Exa. que nada se poderá fazer sem que todos os corpos coadjuvem a evitar um mal eminente de maneira que V. Exa. julgar adequada. Todas as povoações estão inteiramente entregues à descrição, sem se conhecer uma autoridade que tenha vigilância na polícia. Nos corpos de milícias há poucas armas e nenhuma munição, do que era preciso V. Exa. mandar fazer algum fornecimento tanto quanto as circunstâncias permitirem. Tendo sempre em lembrança que o caso exige muita pressa”⁽¹⁵⁾.

Dez dias após tal ofício, é o Sargento-Mór Barreto, “encarregado do sossego público” quem oficia ao Capitão-Mór do Rosário, enviando um “Rol de acusações contra o alferes dos Henriques, Sebastião Soares” Diz o acusante que “o alferes perguntou a Felix Gonçalves, seu vizinho, se lhe pagassem 500 rs. por dia de soldo, se ele pegava em armas, ao que ele respondeu que não pegava em armas contra os seus superiores ao que o alferes disse que a sua espingarda se não havia valer e nem aos seus superiores e que breve havia de haver muito sangue” Disse mais que “Manoel Bade presenciou o Alferes Sebastião dizer que precisava haver nesta terra muito sangue” À Margarida Beata, “mulher muito honesta”, dissera com ironia que ela “pedisse ao seu Menino Jesus para que algo acontecesse, o que ele esperava, por que muitos não haviam de ouvir o toque do sino no Natal”⁽¹⁶⁾.

Não bastasse a agitação da “classe preta” como a caracterizara o Coronel Boto, eis que nos últimos meses de 1824, Sergipe é igualmente palco de uma séria crise política decorrente dos movimentos republicanos da Confederação do Equador (NUNES, 1973), levando inclusive a Corte nomear a 1º de dezembro outro presidente, senão com o intuito de afastar da Secretaria ao inquieto Rebouças, ao menos para apaziguar os ânimos.

Infelizmente, a documentação consultada é omissa sobre o que passou nos últimos meses deste agitado ano de 1824: a sedição programada para o Natal tudo faz crer que não se concretizou. Em fevereiro de 1825, novamente, o nome do ex-secretário Rebouças aparece nas repartições públicas: num ofício datado de 17 de fevereiro diz o Juiz Ordinário de S. Cristóvão que na noite do dia 9 p.p., desconhecidos soltaram dois foguetes de ar na cidade, um sobre o palácio do Governo, outros

(15) APES, pac. 125, Ofício do Coronel Comandante Sebastião Gaspar de Almeida Boto ao Presidente Silveira, 26/11/1824.

(16) APES, pac. 474, ofício do Sargento-Mór Agregado, Pedro Muniz Barreto ao Capitão-Mór José da Motta Nunes, Rosário, 5/12/1824.

sobre a casa do ex-secretário⁽¹⁷⁾. Poucos dias depois, Rebouças, o grande líder da luta pela igualdade de sangue deixa Sergipe acompanhado de seus serviçais: do crioulo João Crespo e do africano de nação Gêge, José Antonio e de dois escravos, Abraão, africano e Quitéria, crioula⁽¹⁸⁾.

Em março de 1826, novas agitações da escravaria: em Santo Amaro das Brotas os escravos de diversos engenhos se levantam, insuflados, segundo se dizia, pelo alferes dos Henriques, Sebastião Paiva Noronha⁽¹⁹⁾.

1827 ficou marcado na história de Sergipe como o ano da principal revolta negra. A 30 de setembro, espavorido e trêmulo, assim escrevia às pressas ao Vice-Presidente da Província o abastado Hermenegildo José Telles de Menezes, senhor de vários engenhos na freguesia do Rosário;

“Neste momento, escapo por milagre de Maria Santíssima, de ser vítima do furor de um partido de escravos Nagôs meus do engenho Porteira, Caraiabas, Maroim, Taverna, Várzea, Sítio, Santa Bárbara, de cujo ataque fica um meu filho a expirar e tres forros meus vizinhos, e dois escravos não nagôs que foram defensores de minha vida, mulher e filhos. Se acham nove bem maltratados, além de dois supponho mortos. Passo a V. Exa. esta participação e logo quero dar providência pois desconfo que estavam recolhidos nas matas de que vive cercado e supponho voltarão na seguinte noite”⁽²⁰⁾.

No dia seguinte, outro senhor de Engenho, José Pinto de Carvalho, envia à Capital da Província mais detalhes sobre a sedição:

“Exposição sucinta de um senhor de engenho: Era meia noite quando me bateu à porta o Sargento-Mór João Pais d’Azevedo, dizendo-me naquele momento fora avizado que os escravos dos engenhos Sítio, Periperi, Unha de Gato e Vargem estavam sublevados como já na povoação do Rosário, e que já se sabia de dois senhores mortos, posto que com a pressa não perguntara quem eram os infelizes. Eu recomendei ao Capitão Miguel Francisco Pereira ali fosse reunido todo o homem liberto, com o fim de formar um ponto de força para ao amanhecer socorrer o ponto atacado, visto que a desgraça se ateava. Infelizmente, porém, não há armas, nem mesmo para o pequeno destacamento que alí se acha. Retirei-me para o Porto das Redes a fim de fazer as participações necessárias a to-

(17) APES, pac. 381, Ofício do Juiz Ordinário de S. Cristóvão ao Presidente, 17/2/1825.

(18) APES, G¹-603, Passaportes.

(19) APES, pac. 381, Ofício do Juiz Ordinário de Santo Amaro das Brotas, Manoel Rodrigues do Nascimento, ao Presidente, 13/4/1826.

(20) APES, pac. 174, Ofício do Coronel Comandante Manoel Rollemberg d’Azevedo Auciulli, ao Vice-Presidente, 25/3/1827.

dos os pontos, entretanto V. Exa. determinará o que lhe parecer mais acertado em tal apuro"(21).

No mesmo dia, o Juiz Ordinário de Rosário, José Rois Vieira Andrade informa que além dos engenhos supracitados, *"vai graçando já pelos engenhos vizinhos o contágio destruidor e já com muitas mortes"*(22).

Mal recebe a notícia, o Vice Presidente de Sergipe, Manoel de Deus Machado, mobiliza a soldadesca da capital, envia-a para auxiliar os atacados de Rosário e Santo Amaro, mandando à Corte um ofício dando notícia dos acontecimentos(23).

No dia 3 de outubro, o Coronel responsável pela Cavalaria da 2ª Linha informa ao Vice-Presidente que *"tendo-se retirado dos ditos engenhos as famílias dos proprietários o Sargento-Mór Hermenegildo José Telles escapando às carreiras, ficou a maior parte de suas famílias feridas"* Completa esclarecendo que *"a comoção dos escravos só se declarou no Engenho Pati, fugindo para os matos os ditos escravos que se achavam culpados. Ao amanhecer de hoje, no lugar dos Outerinhos, beirada de Japarutuba, em uma casa, foram atacados os moradores pelos ditos escravos da comoção, onde assassinaram três pessoas e ficaram dois feridos mortais"* Conclui com a informação de que as tropas tentaram prender os revoltosos mas *"encontraram grande resistência e que para se poderem defender foram alguns mortos"*(24). Outro documento esclarece que na luta foram mortos 12 ou 14 negros, *"porém tem muito negro dentro dos brejos que julgo não se dará fim a eles esta noite"*(25).

No dia seguinte, 4 de outubro, chega à Capital uma carta em que se dizia o seguinte:

"Ontem tiveram fortuna os homens das Ordenanças de encontrar na Mata do Cambuí, junto ao Engenho das Cruzes, com um partido de escravos sublevados, dos quais ficaram mortos de 16 a 20, inclusive uma escrava... O batalhão marchou para ir estorvando as comunicações ou reuniões dos sublevados naquelas matas... Os sublevados mataram até hoje de 8 a 10 pessoas, entre homens, mulheres e crianças"(26).

O proprietário do Engenho Unha de Gato, o Coronel Manoel Rollemberg d'Almeida Auciulli dava mais detalhes, escrevendo ao Vice-Presidente Machado no dia

(21) AN, IJJ⁹, 300, maço 4, fl. 145, nº 50, Carta do Senhor de Engenho José Pinto de Carvalho, ao Vice-Presidente, 1/10/1827.

(22) AN, IJJ⁹, fl. 148, nº 2, Carta do Juiz Ordinário José Rois Vieira Andrade, ao Vice-Presidente, 1/10/1827.

(23) AN, IJJ⁹, fl. 148, nº 2, Ofício do Vice-Presidente Manoel de Deus Machado ao Visconde de S. Leopoldo, 2/10/1827.

(24) AN, IJJ⁹, fl. 151, nº 51, Carta do Coronel José Rodrigues Dantas Mello ao Vice-Presidente, 3/10/1827.

(25) AN, IJJ⁹, fl. 151, nº 51, Carta de Francisco Correia ao Vice-Presidente, 3/10/1827.

(26) AN, IJJ⁹, fl. 151, nº 51, Carta de Manoel Rodrigues do Nascimento ao Vice-Presidente, 4/10/1827.

REBELIÕES EM SERGIPE

15 de outubro: diz que ao todo foram mortos 17 negros, prendendo-se 4. Calcula que o número dos fugitivos passava de 40 e que encontravam-se debandados depois da reação militar. Diz que um escravo do Sargento-Mór Hermenegildo confessou estarem os escravos de muitos engenhos coloiados para o levante e que “a providência do Altíssimo foi que nos livrou de sermos hoje vítimas daqueles malvados” Diz que os negros mataram mais 3 pessoas, um pai e dois filhos e que os comandantes dos Distritos estavam avisados para prenderem todos os escravos que não apresentassem licença escrita de seu senhor⁽²⁷⁾.

Dia seguinte: ofício do Tenente Coronel Manoel Rodrigues do Nascimento, do Quartel do Cabral, informando ao Vice-Presidente que

“está mais pacificada a sublevação dos escravos. Tem cessado a fuga que continuavam a fazer do poder dos donos. Os últimos que me consta que fugissem foram oito, do Tenente-Coronel José Leandro; não se sabe de reunião dos ditos, os quais existem fugidos, andam dispersos aos 4 até 8, e estes mesmos vão sendo perseguidos quando há notícia deles e continuam a serem presos e mortos, cujos número destes excede a 30 (mortos). Na cadeia da vila de Santo Amaro se acham dois que para ali mandei, e os mais que se tem prendido pelos lugares circunvizinhos a este, os que os têm prendido tem entregado aos proprietários sobre o que já tenho advertido que devem recolher a Cadeia. Consta-me que ao amanhecer hoje deram uns poucos em casa de uma mulher velha além da Missão de Japarutuba, estragaram o pouco que possuía, e lhe deram bastantes pancadas. As providências que V. Exa. mandou dar tem aproveitado muito porque animou aos proprietários que estavam inteiramente esmorecidos, destruiu os sublevados e aterrou a muitos escravos que de certo se teriam reunido a eles se não temessem as forças que se tem empregado nesta causa. Neste momento me avisam de certo mato a onde há escravos e mando correr”⁽²⁸⁾.

7 de outubro, novamente o Vice-Presidente de Sergipe escreve ao Visconde de São Leopoldo, na Corte, narrando que sobre a “comoção sediciosa de escravos de alguns engenhos da Cotinguiba” ainda não podia dar notícias certas, razão pela qual “vai levando ao conhecimento de V. Exa. as notícias que for tendo sobre tão importante objeto” Refere-se à “energia com que se trabalha em sufocar a faísca do incêndio que é sempre a rezear se ateie em um país onde a população dos pretos e

(27) APES, pac. 174, Ofício do Coronel Manoel Rollemberg d’Azevedo Auciulli, ao Vice-Presidente, 5/10/1827.

(28) APES, pac. 125, Ofício do Tenente-Coronel Manoel Rodrigues do Nascimento ao Vice-Presidente, 6/10/1827.

escravos excede muito a dos brancos e livres, o que espero por esta vez felizmente se consiga"⁽²⁹⁾.

8 de outubro: o Capitão Mor José da Mota Nunes informa que no município vizinho de Divina Pastora corre a notícia, *"que não sei se verdadeira, que 15 escravos tinham fugido para as bandas de Itabaiana"* Pede que percorram as milícias e infantaria os engenhos Cambão e do Brejo, a fim de aterrorizar os negros que pretendessem se sublevar⁽³⁰⁾.

A próxima notícia referente à rebeldia dos negros é datada de 16 de outubro: o Tenente-Coronel Comandante do Batalhão 125 informa ao Vice-Presidente Machado que *"ainda existem muitos escravos dispersos pelas matas da Cotinguiba, reunidos em pequenos grupos que só podem ser presos de corso por milícias e ordenanças dos lugares a onde aparecem inesperadamente e estes mesmos dispersos podem ser muito prejudiciais em assassínios e roubos"* Diz o Tenente-Coronel que dirigiu-se com seus homens *"por muitos engenhos a fim de aterrar a escravatura, mostrando-lhe a força que se destinava contra os amotinados"*

Completa informando que soube estarem embarcando no Porto das Pedras, em hora noturna, alguns escravos amotinados para serem vendidos na Bahia, para assim evadirem-se das penas impostas pela Lei em que são inclusos. Em vista de tal informação, mandou uma patrulha à Barra e prendeu com efeito quatro escravos pertencentes ao Sargento-Mór Hermenegildo José Telles (aquele primeiro senhor de engenho que dissera estar vivo por milagre de Maria Santíssima), escravos que ficaram presos na Cadeia da vila de Santo Amaro. Diz que foram embarcados outros escravos no Porto de Maroim e que os senhores, a fim de não perderem o dinheiro dos negros sublevados, os agasalham, *"o que pode vir a ser de um mui funesto exemplo"* Diz ainda que necessita policiar mais a povoação do Rosário, *"donde surgiu o conciliábulo, isto desde já até o mês de janeiro, devendo-se estacionar aí um destacamento por evitar as Calendas do Natal, de que muitas vezes se valem para maus fins a escravaria"* Que se polície mais as barras para se evitar a passagem e venda de escravos criminosos. E conclui dando sua opinião sobre tais acontecimentos:

"Tenho inferido de tudo o que tenho visto e ouvido e da confissão de algum aliciado, mas que de fato recusou entrar na trama destruidora, que os negros de nação Nagô tinham formado de acordo entre si o desígnio de uma guerra servil cujo plano era massacrar todos os brancos, principiando pelos senhores, e ficarem de posse do terreno, pois para isso tinham aprestado armas, fundas, couraças, peitos de armas, etc., projeto que só foi desfeito facilmente pela força oposta, por ser terem enganado (como dizem) com o dia aprazado ou o que é mais provável, por se terem

(29) AN, IJJ⁹, fl. 151, nº 51, Offício do Vice-Presidente Manoel de Deus Machado ao Visconde de S. Leopoldo, 7/10/1827.

(30) APES, pac. 150, ofício do Capitão-Mór José da Motta Nunes ao Vice-Presidente, 9/10/1827.

acelerado no rompimento, aproveitando-se da ausência dos dois batalhões nessa cidade... Apesar de se ter cortado a cabeça da Hidra da conjuração, como em outro ofício fiz ver a V. Exa., e com o aparato de armas e prospecto aterrador que procurei infundir nos ânimos dos que pudessem ainda ter intenções sinistras, e não obstante se achar atualmente aparência o mal sedado, contudo não me parece este negócio de uma face tão serena, que não exija da parte do Governo a maior solicitude para o futuro, porque estes tigres esfaimados que só têm de homens a figura, tendo-se debandado na sua derrota me consta terem-se dispersado por várias partes, àssaltando casas, matando sem piedade e roubando e levando consigo para as brenhas mulheres brancas e talvez para diante engrossando o seu partido e contaminando a parte sã, poderão causar maiores danos, enfim acarretar desgraças incalculáveis. A dor que me causa a ruína em que se me figura ir submergindo a Pátria me tem feito falar demasiado...”(31).

A última notícia desta revolta negra é dada pelo chefe do Governo que oficiando à Corte, pela terceira vez, diz:

“É com a maior satisfação que tenho a honra de participar a V. Exa. que a comoção de escravos de vários engenhos da Cotinguiba que tanto terror tinha incutido nos ânimos dos habitantes da Província, em consequência das instantâneas e fortes medidas que em pronto empreguei, se acha inteiramente dissipada... Para evitar, contudo, a aparição de iguais acontecimentos, sempre a recear em um país de população heterogênea, tenho estabelecido nos pontos mais convináveis, novos destacamentos além dos que já existiam e dado todas as mais providências que pareceram adequadas a manter a tranquilidade pública e velar na segurança dos cidadãos”(32).

Não era sem razão que o Comandante do Batalhão 125, Manoel Rodrigues do Nascimento, embora concordasse com o chefe do Governo de que com a perseguição dos revoltosos, a morte de alguns e prisão de outros, se tinha “cortado a cabeça da Hidra”, não obstante no futuro poderiam os negros “causar maiores danos e desgraças incalculáveis”(33). E foi o que aconteceu. Terminadas as festas natalinas e as folias de Reis (6 de janeiro), os destacamento estacionados no distrito do Ro-

(31) AN, IJJ⁹, fl. 161, nº 55, Ofício do Tenente-Coronel Manoel Rodrigues do Nascimento ao Vice-Presidente, 16/10/1827.

(32) AN, IJJ⁹, fl. 161, nº 55, Ofício do Vice-Presidente Manoel de Deus Machado do Visconde de S. Leopoldo, 18/10/1827.

(33) AN, IJJ⁹, fl. 161, nº 55, Ofício do Tenente-Coronel Manoel Rodrigues do Nascimento ao Vice-Presidente, 16/10/1827.

sário retornam para a Capital. Em março de 1828 é o nosso já conhecido senhor do engenho Unha do Gato, Manoel Rollemberg d'Azevedo que escreve ao novo Presidente Provincial, Inácio José Vicente da Fonseca, informando que

“neste momento recebo uma carta do Tte. Cel. Sebastião Gaspar Boto, em que me diz que um escravo seu, de nação nagô, denunciara que os escravos desta nação, seduzidos pelos escravos do Engenho Mato Grosso, se acham em transcurso de uma sublevação muito breve, e que o dito escravo não sabia o dia porque os outros desconfiavam dele, e como agora chega notícias de a poucos dias teve arrebatado uma sublevação de pretos na Bahia, não duvido tenha havido alguma correspondência dos escravos daquela com os desta província, achei muito do meu dever em imediatamente fazer esta participação a V. Exa. para que dê aquelas providências que lhe parecer mais justas. Entretanto, mandarei logo por um destacamento na Povoação do Rosário e vou oficial a todos os Comandantes de Companhias para terem todos prontos em seus quartéis. Para a primeira (companhia) vos lembro a V. Exa. que o batalhão de meu Comando só tem 20 armas. Deus guarde a V. Exa.”⁽³⁴⁾.

Alguns dias mais tarde o Comandante do Batalhão nº 127 fornece mais alguns detalhes sobre o reinício das perturbações da escravaria no distrito do Rosário:

“Neste momento em que me chega a notícia de que os escravos de nação Nagô dos engenhos Mato Grosso, Maria Tellis e Periperi vieram seduzir a escravos do engenho das Porteiras, para uma sublevação nos dias da Semana Santa e que não seria como a primeira (sedição de outubro do ano passado) porque tinham muitos escravos que entravam neste partido até crioulos, recebo ofício do Sr. Comandante do Batalhão nº 126... No enquanto recebo ordem a este respeito, faço postas patrulhas rondantes, por julgar muito preciso o se evitar a comunicação dos ditos escravos, (isto) de inteligência com os mais senhores e comandantes”⁽³⁵⁾.

Aos 26 de março o Presidente Fonseca recebe mais esclarecimentos sobre o que acontecia na Cotinguiba:

“No dia 22 do corrente chegou aqui (em Maroim) um homem vindo da Bahia e dá notícia de ter aparecido ali uma sublevação de escravos em

(34) APES, pac. 174, Ofício do Coronel Comandante Manoel Rollemberg d'Azevedo Auciolli, ao Presidente, 25/3/1828.

(35) APES, pac. 174, Ofício do Comandante do Batalhão 127 ao Presidente Inácio José Vicente da Fonseca, s/d.

número de mais de mil, e que sendo batidos, se retiraram para o lugar denominado Cabula, a onde continuavam a serem perseguidos segundo as providências dadas. Hoje os avisos que junto remeto a V. Exa. para ver, posto que eu tenho ouvido dizer a muitos homens que de tal sublevação pouco há que recear, contudo, eu penso mui diferente, e julgo que o caso merece muito cuidado da parte do governo, determinando em silêncio medidas cautelosas. No dia 1º de outubro último apareceu neste termo uma não pequena faísca de semelhante mal, que felizmente se sufocou porque todos os libertos eram unânimes em defenderem-se. Pouco depois daquele acontecimento começou a graçar entre o povo e por toda a Província, um diabólico cisma, chegando a persuadir-se a classe parda que a classe branca a queria escravizar, e desprezando-se a princípio este boato, chegou a ponto de ameaçar a mais triste cena, que por fortuna vagarosamente se foi dissipando; entretanto aquela classe ficou tocada duma desconfiança que a meu ver merece muita atenção no presente caso. Eu sei que nada escapa à penetração de V. Exa. mas julguei do meu dever levar à presença de V. Sa. a participação referida”⁽³⁶⁾.

No dia seguinte, 27 de março, o Presidente Fonseca oficia a várias autoridades, entre elas ao Cel. Rollemberg, ao Capitão-Mór de Santo Amaro, ao Juiz Ordinário de Santa Luzia e Estância, instigando a que tomem prontas medidas de prevenção contra a sublevação dos negros em consequência das revoltas ocorridas há pouco na Bahia⁽³⁷⁾.

Tais medidas já tinham sido tomadas no dia anterior, pois conforme noticiava o proprietário Antonio Rodrigues Montes, “*nós não devemos num caso de perigo esperarmos por ordens do Governo porque em casos tais estamos autorizados para procurarmos meios úteis a desfazer uma manobra*”⁽³⁸⁾. Participa ainda que de fato são novamente os escravos Nagô que pretendem se sublevar e que os escravos do Brigadeiro Barros é que são os oráculos dos demais.

Além da remobilização dos destacamentos e alerta geral dos senhores de escravos e dos responsáveis pelo sossego público, não conseguimos encontrar mais informações de como terminou tal agitação programada para as quadras da Semana Santa. A única referência relativamente à sedição da escravaria neste ano de 1828, subsequente ao mês de março, trata do que ocorreu na vila de Estância, no sul de Sergipe, onde os brancos, notadamente de origem lusitana, em grande número, “*tinham saído da povoação por temerem alguns insultos e roubos por parte dos escravos, desordens comuns nos dias das festas do Natal*”⁽³⁹⁾. Para se evitar funestos

(36) APES, GL⁶¹³, Ofício do Comandante de Maroim, José Pinto de Carvalho, ao Presidente, 26/3/1828.

(37) APES, GL¹³⁴, Ofício do Presidente Fonseca a várias autoridades municipais, 27/3/1828.

(38) APES, doc. n. class. Carta de Antonio Rodrigues Montes, senhor de engenho, ao Capitão-Mór José da Matta Nunes, Santo Amaro, 26/3/1828.

(39) AN, IG¹, 289, Ofício do Comandante de Armas ao Conde de Lages, 31/12/1828.

eventos, o Presidente fez marchar para Estância um destacamento de tropas da 1ª Linha, ficando aí estacionado até o final das festividades natalinas.

Raro é o ano em que uma ou mais autoridades municipais do interior de Sergipe não requisitassem auxílio do governo provincial no sentido de impedir agitação e revoltas por parte da escravaria na época do Natal. São freqüentes os comentários como estes: *“Por se acharem próximas as festas de Natal tempo em que de ordinário aparecem desordeiros a intranquilizar a paz dos cidadãos e há suspeita de sublevações de africanos”*⁽⁴⁰⁾. O Comandante do Batalhão nº 125 dizia assim: *“Para se evitar as Catendas do Natal, de que muitas vezes se valem os escravos para maus fins”*, que se mantivesse estacionado o regimento na povoação do Rosário até o mês de fevereiro⁽⁴¹⁾. O Coronel Boto dizia ter dado ordens para as Patrulhas percorrerem a região da Cotinguiba a fim de se *“evitar qualquer barulho que possa acontecer entre as escravaturas como acontece por vezes nestas ocasiões de festas”*⁽⁴²⁾. O juiz de paz de Simão Dias notificava ao Presidente dez dias antes da noite de Natal:

“É necessário conservar-se de contínuo força de tropa destacada aqui a fim de ativamente policiar a freguesia, principalmente quando há grande concurso de povo. É costume nestes pequenos povoados, principalmente no Natal e nas mais festas consecutivas, ajuntar-se inúmera gente em cujas ocasiões longe de reinar entre os concorrentes aquela fraternidade e harmonia que são devidas, pelas mais das vezes ou quase sempre travam desavenças e não pequenas desordens, de sorte que por experiência própria posso afirmar que não há memória de haver passado uma destas festividades sem funestos acontecimentos”⁽⁴³⁾.

Simão Dias contava por esta época com cerca de 546 fogos (freguesia), com uma população aproximada de 3 mil pessoas⁽⁴⁴⁾: para socorrer esta localidade contra eventuais comoções sociais, o Presidente envia dez milicianos: 1 cabo, 1 inferior e 8 soldados⁽⁴⁵⁾. Evidentemente que Simão Dias como as demais freguesias e povoações da Província contava com contingentes próprios de homens encarregados de policiar o território: milicianos, guardas nacionais, inspetores de quarteirão etc. O reforço solicitado parece ter mais função de atemorizar eventuais revoltosos, como se

(40) APES, pac. 383, Ofício do Juiz de Paz de Maroim ao Vice-Presidente, 10/12/1835.

(41) AN, IJJ⁹, 300, Ofício do Comandante do Batalhão 125 ao Ministério da Guerra, 16/10/1827.

(42) APES, pac. 382, Ofício do Coronel Sebastião Gaspar de Almeida Boto, ao Presidente, Rosário, 14/12/1829.

(43) APES, pac. 384, Ofício do Juiz de Paz de Simão Dias, Francisco de Paula V. Gatto, ao Presidente, 15/12/1837.

(44) APES, pac. 386, Arrolamento dos povos da Freguesia de Simão Dias em 1839.

(45) APES, pac. 384, Ofício do Juiz de Paz de Simão Dias ao Presidente, 15/12/1837.

pode ver no episódio da rebelião servil de Rosário em 1827, do que propriamente servir como exército de luta efetivo contra forças amotinadas. A freguesia de Maroim, por exemplo, possuía em 1835 por volta de 955 fogos, com uma população aproximada de 6 mil pessoas. Nesta época, em Sergipe, os escravos representavam entre 20 a 25% da população total da Província, de modo que, quando menos, a escravaria de Maroim deveria atingir por volta de mil a 1500 indivíduos⁽⁴⁶⁾. Nas vésperas do Natal, o Juiz de Paz de Maroim comunica ao Presidente da Província que “o tempo nos anda ameaçando ao menos alguma insurreição de escravos, como bem coligi, duma parte oficial que tive de um inspetor de quartirão”, porém, com a chegada do reforço de 10 praças, como seus competentes cartuxames, diz o Juiz que “estou certo que poderei afiançar a V. Exa. não terei nada a recear das partes dos insurgentes” completando que já dera ordens aos chefes de quartirão para ao primeiro sinal de revolta, estarem prontos e comunicarem à sede da freguesia⁽⁴⁷⁾. Interessante notar que no ofício anterior, de 10 de dezembro, o Juiz de Maroim alegando o receio de “desordeiros” e “sublevações de africanos”, solicitara ao Presidente um reforço de 20 praças permanentes: quando chegam os 10 supracitados, dá-se plenamente como satisfeito e tranqüilo de que a paz será inalterável. Como a presença de 10 milicianos armados de espingardas conseguia inibir a insurreição de centenas de escravos, é que ainda não conseguimos descobrir, considerando-se que certamente nas noites da semana do Natal grande parte da escravaria devia afluir para as ruas da vila, aliás, como ainda acontece hoje em dia com a população dos interiores de Sergipe, para a qual a Festa de Natal é sinônimo de ajuntamento de povo no oitão da Igreja, comendo, bebendo, dançando descontraidamente ao som de uma “banda de pife” Tudo isso regado com muita cachaça e pouca claridade, pois os archotes, lamparinas, velas e fogueiras que iluminavam a praça da matriz mal permitiam aos transeuntes distinguir por cima das bancas e barracas das “negras de tableiro” seus quitudes e beberagens. Num ambiente particularmente descontraído pelo excesso de bebida, com muitas sombras e escuridão, numa sociedade onde apenas 1/4 da população era branca, os 3/4 restantes sendo negros e pardos (destes, 1/4 composto de cativos), não é fácil acreditar que apenas a presença de 10 espingardas ou carabinas fosse suficiente para conter os excessos ou rebeldia da massa explorada. A falta de coalescência entre a escravaria, constantemente minada pelas traições e deserções (como mostramos no episódio onde os escravos nágôs rebelados são traídos por escravos crioulos), o medo da repressão posterior (perseguição pelos matos, ameaça de ser baleado, prisão e castigos no caso de aprisionamento), em suma, a inviabilidade de sobrevivência após uma eventual matança generalizada dos brancos e dos senhores da terra é, a meu ver, o que inibia a massa escrava e a grande maioria da população de cor de aproveitar-se dos momentos de reunião, como no Natal, em que eram em média 3 vezes mais numerosos do que os detentores do poder, para concretizar seus projetos de sublevação. A

(46) APES, pac. 297, Relação dos Fogos das Freguesias de Sergipe no ano de 1835.

(47) APES, pac. 383, Ofício do Juiz de Paz de Maroim ao Vice-Presidente, 21/12/1835.

presença de 10 milicianos, com suas espingardas, além de resolver pequenas “desavenças e desordens”, como dizia o citado Juiz de Simão Dias, devia servir como uma espécie de “*aide-memoire*” para a população: que o uso de armas, seja brancas, seja de fogo, era privilégio dos donos do poder e de seus lacaios, e que o ferro e o fogo estavam sempre prestes a perseguir, ferir e matar quem pretendesse sublevar a ordem constituída. Sobretudo no episódio da revolta escrava de 1827 isto fica bem demonstrado: em documento já citado, dizia o Tte. Cel. do Quartel do Cabral que com a sublevação servil, os senhores de engenhos estavam “inteiramente esmorecidos” mas que com a chegada do reforço policial haviam conseguido animar aos proprietários e “*aterrar (aterrorizar?) a muitos escravos que de certo se teriam reunido aos sublevados se não temessem as forcas que se tem empregado nesta causa*”⁽⁴⁸⁾. Agora é o Comandante do Batalhão nº 125 quem retoma a mesma argumentação, informando que dirigiu-se com seus homens “*por muitos engenhos a fim de aterrar a escravatura, mostrando-lhe a força que se destinava contra os amotinados*”⁽⁴⁹⁾. Terror, aliás que se infundia não apenas pela ostentação das armas, por parte dos organismos encarregados da repressão e policiamento, mas inclusive por outras agências institucionais, como por exemplo, pela religião católica, assunto, diga-se de passagem, já tratado por outros autores. Os famosos “São José de Botas”, presentes em toda igreja por Sergipe afora, eram o símbolo da autoridade e poder do senhor de engenho e do proprietário de escravos em geral; Sant’Ana é bem o símbolo da Casa-Grande, dobrando o pessoal da senzala através da obediência e resignação, suportando os sacrifícios desta vida na espera de melhores dias na futura (COSTA, 1966, p. 249 e seguintes; HOORNAERT, 1977, p.251 e seguintes). Vamos concluir este ensaio transcrevendo um episódio que o franciscano Frei Antonio de Santa Maria Jaboaão, autor do famoso *Novo Orbe Seráfico Brasileiro*, relata como tendo acontecido em Sergipe nos inícios do século XVIII: tal episódio reflete, de maneira viva e sugestiva, como a religião foi manipulada em Sergipe com o intuito de manter submissa a força de trabalho servil, inculcando nas mentes dos escravos que a fuga ou a rebeldia era não apenas um crime mas um gesto imoral e pecaminoso. Diz o franciscano:

“Não deixaremos de repetir, por último, um milagre do nosso Santo Antônio, também em benefício dos seus devotos. Fugiu ao Coronel Domingos Dias Coelho, morador nos distritos da cidade de Sergipe del Rey, um preto, escravo seu, levando em sua companhia duas pretas, escravas também de outros senhores. Com estas se foi arrancar no centro dos sertões da Jacoca, aonde viveu alguns anos fora de todo o comércio de outra gente. Ao princípio, como lhe davam o campo, os matos e os rios do Vaza-Barrís, e ao depois, com roças e lavouras que plantava, vestindo-se

(48) APES, pac. 125, Ofício do Tte.-Cel. Manoel Rodrigues do Nascimento ao Vice-Presidente, 6/10/1827.

(49) AN, IJJ⁹, fl. 161, nº 55, Ofício do Tte.-Cel. Manoel Rodrigues do Nascimento ao Vice-Presidente, 16/10/1827.

ele e as concubinas com os filhos que delas ali teve, de peles de veados que apanhava em fojos e à flecha, e os curtia. Valeu-se o seu senhor, depois de outras diligências, sem efeito, de Santo Antonio. Eis que aparece ao negro um Frade lá nesse recôndito em que se achava, e com voz repreensiva, lhe pergunta: Negro, que fazes aqui? Respondeu ele, que estava ali por não se atrever com o serviço do senhor, que o não deixava descançar. Seja assim, ou não, disse o frade, vai-te embora daqui. E enquanto o negro se não poz em caminho, o Frade o não largou, pondo-se-lhe sempre adiante e repetindo: Negro, vai-te daqui. Veio enfim o negro e o Frade adiante dele até a casa do homem, de quem era uma das pretas, que entregou. E detendo-se ali algum tempo, foi aviso ao Capitão do Campo que o prendeu e entregou a seu senhor, como também a outra negra, a quem pertencia, fazendo Santo Antonio este benefício ao seu devoto e sendo também a causa de se livrarem as almas destes miseráveis escravos das contínuas culpas em que caiam” (JABOATÃO, 1912, p. 56-57).

Referências Bibliográficas

- ALDEN, Dauril. The Population of Brazil in the Late Eighteenth Century: a Preliminary Study. *Hispanic American Historical Review*, 43: 173-205, 1963.
- BEZERRA, Felte. *Etnias Sergipanas*. Aracaju, 1950. (Coleção Estudos Sergipanos, vol. VI).
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966.
- FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. Petrópolis, Vozes, 1977.
- HOORNAERT, Eduardo et alii. *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1977.
- JABOATÃO, Antonio de Santa Maria. Novo Orbe Seráfico Brasileiro (1761). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, ano 3(3): 56-57. Sergipe, 1912.
- MOTT, Luiz R. B. População e Economia: O Problema da Mão-de-Obra Escrava em Sergipe. In: *Sergipe del Rei: População, Economia e Sociedade*. Aracaju, FUNDESC, 1986.
- _____. Estatísticas e Estimativas da População Livre e Escrava de Sergipe del Rei de 1707 a 1888. *Mensário do Arquivo Nacional*, ano VII (12): 19-23, 1976a.
- _____. Pardos e Pretos em Sergipe: 1774-1851. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* (18), 1976b.
- _____. Brancos, Pardos, Pretos e Índios em Sergipe: 1825-1830. *Anais de História*, ano 6, 1974.
- NUNES, Maria Thetis. A Presidência de Manoel Fernandes da Silveira e a Repercussão em Sergipe da Confederação do Equador. Comunicação apresentada no V *Simpósio de História do Nordeste*. Sergipe, ago. 1973.
- SOUZA, D. Marcos Antonio. *Memórias sobre a Capitania de Serzipe, sua Fundação, População, Produtos e Melhoramentos de que é Capaz*. Aracaju, IBGE/DEE, 1944.